



## CNTV PROTOCOLA PROPOSTA DOS VIGILANTES PARA COMBATER A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS



- Disponibilização de Armas não letais (Gás de Pimenta, Taser, por exemplo) para os Vigilantes;
- Atualização do treinamento dos Vigilantes com matérias específica sobre Bullying, Estatuto da Criança e Adolescente, Violência Urbana, etc.;
- Plano de Segurança e contingenciamento para cada escola definindo, inclusive, a quantidade mínima de Vigilantes por cada escola;

As mesmas propostas, ajustadas a realidade local, serão encaminhadas a autoridades municipais e estaduais, principalmente Prefeitos e Governadores e respectivos legislativos, pelos Sindicatos municipais e estaduais dos Vigilantes, servindo ainda como base para o debate com pais, alunos e comunidade.

Para a CNTV a ronda escolar não é o principal remédio para a proteção da vida, uma vez que não é preventiva. Para a prevenção é indispensável a presença de profissionais preparados e qualificados para tais tarefas, contando com equipamentos e condições operacionais.

Combate a violência e a proteção de alunos, professores e funcionários, no entendimento dos Vigilantes, passa por:

- Vigilantes;
- Portal detector de metal
- Arma não letal (gas, taser, etc.)
- Plano de Segurança.

Segurança nas escolas se faz com Vigilante, equipamento, planejamento e treinamento.

FONTE: CNTV

A CNTV – Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes encaminha nesta quinta-feira documento ao Governo Federal e as Comissões de Educação do Senado e da Câmara dos Deputados com propostas da categoria para combater a violência nas escolas e proteger de alunos, professores e funcionários.

No Governo Federal o documento será entregue ao Ministério da Justiça e ao Ministério da Educação.

### Os Vigilantes propõem:

- Emprego de Vigilantes em todas as escolas públicas e privadas;
- Instalação de Portal com Detector de Metais;

# Governo anuncia GT sobre violência contra escolas e libera verba para ronda

**Anúncio foi feito pelos ministros Camilo Santana, da Educação, e Flávio Dino, da Justiça, após ataque a uma creche**



**Ministros da Justiça Flávio Dino, Educação, Camilo Santana e Direitos Humanos, Silvio Almeida**

O governo federal vai criar um grupo de trabalho interministerial para propor ações para combater a violência contra as escolas. O GT será formado pelos ministérios da Educação, Justiça e Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania e Secretaria-Geral da Presidência.

A primeira reunião será realizada nesta quinta-feira (6), a partir das 10h30. A decisão ocorreu após mais um ataque à escola. Em Blumenau, Santa Catarina, um homem armado com uma machadinha invadiu uma creche, na manhã de quarta-feira (5), e matou quatro crianças e feriu outras cinco.

Em entrevista coletiva, os ministros Camilo Santana, da Educação, e Flávio Dino, da Justiça, anunciaram outras medidas. Vai haver a liberação de R\$ 150 milhões do Fundo Nacional de Segurança Pública para investimento no programa de Ronda Escolar dos estados e municípios.

Outro anúncio foi o aumento no efetivo policial mobilizado para o monitoramento da internet e de redes sociais com o objetivo de identificar o planejamento de novos ataques.

A Diretoria de Operações da Secretaria Nacional de Segurança Pública já estava mobilizada com 10 agentes para essa função. A partir de agora, serão 50 policiais.

## **Assunto foi tratado no governo de transição**

O Grupo de Trabalho da Educação do governo de transição elaborou um relatório sobre a violência contra escolas. Intitulado O ultraconservadorismo e extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às instituições de ensino e alternativas para a ação governamental, o documento foi uma resposta ao ataque ocorrido em duas escolas da cidade de Aracruz, no Espírito Santo, em novembro de 2022.

Daniel Cara, que organizou a produção do relatório, afirmou, em sua conta do Twitter, que o material será utilizado como base para o novo GT.

Ao Brasil de Fato, Cara disse que esse trabalho já poderia estar sendo realizado. “O relatório foi elaborado na transição governamental, já era para termos este grupo de trabalho, que precisa ser ágil e competente”, afirmou.

**Foto: Reprodução**

**Fonte: Thalita Pires – Brasil de Fato**

# Irmão de assessor especial de Tarcísio usa PMs em empresa de segurança privada

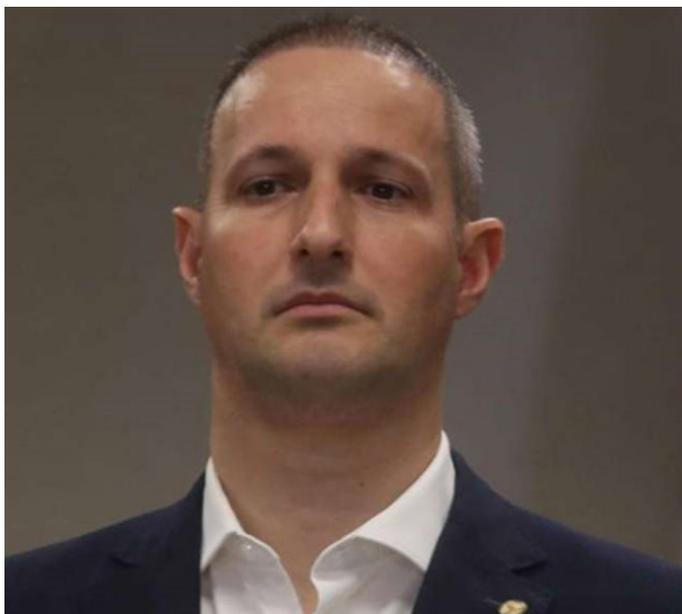
**Empresa faz a segurança patrimonial da ferrovia na região do Porto de Santos - Marcelo Godoy**

Foto: Folha Dirigida



A CampSeg, empresa do irmão de um assessor especial do governador Tarcísio Freitas (Republicanos), arregimentou policiais militares, agentes prisionais e guardas civis para fazer a segurança patrimonial da ferrovia na região do porto de Santos. Documentos oficiais, vídeos e cópias de conversas de WhatsApp do grupo da empresa, obtidos pelo Estadão, mostram indícios de desvio de viaturas que deviam atender o telefone 190 para patrulhar a linha férrea em áreas rurais, além de possível acionamento do helicóptero Águia, da PM, por chefes da empresa. Especialistas e ex-comandantes da PM defendem a apuração de potencial apropriação privada da segurança pública.

A CampSeg é uma empresa fundada pelos irmãos Nelson e José Vicente Santini. Este último figurava entre os donos até 2021. Próximo do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), ele trabalhou na Casa Civil no governo de Jair Bolsonaro (PL) até ser afastado por usar um avião oficial para viajar à Índia. Ganhou depois um cargo no Ministério da Justiça, onde ficou até o fim da gestão. Hoje é assessor especial do governador paulista. Seu irmão Nelson foi policial das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota) e trabalhou com o secretário estadual da Segurança Pública, o capitão Guilherme Derrite.



**O secretário de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, afirmou que a Polícia Militar vai abrir apuração sobre efetivo que trabalhava para a CampSeg.**

**Foto: Alex Silva/Estadão / Estadão**

Após saírem da Rota, Nelson e Derrite entraram na política. Nelson virou vereador em Campinas, em 2016, mas não se reelegeu. Derrite se tornou deputado federal em 2018. E foi reeleito. O maior doador pessoal de sua última campanha foi o amigo Nelson: R\$ 88,6 mil, segundo a Justiça Eleitoral. Nelson é sócio de Arnaldo Costa Vargas, empresário do ramo de segurança em Brasília que doou R\$ 200 mil à campanha de Tarcísio. Esta pagou à CampSeg R\$ 116 mil por serviços de segurança.

A CampSeg anunciou sua ação na Baixada Santista em 2 de janeiro, após ser contratada pela concessionária da linha férrea - a Rumo Logística. No dia 9, a Rumo se reuniu com Derrite. Depois, o comando da PM mobilizou tropas especiais contra o roubo de cargas na ferrovia. A pasta justificou a medida tomada já nos primeiros dias de janeiro em razão do aumento do crime, registrado depois nos dados do primeiro bimestre (61%), envolvendo até incêndio de trem e danos de R\$ 200 milhões.

A ação das tropas da PM e a dos seguranças

da CampSeg provocou uma tragédia: a morte do sargento da reserva da PM Reginaldo dos Santos Conceição e a do guarda civil Wagner Moreira Coelho. No dia 25 de janeiro eles foram atingidos por tiros de fuzil disparados por homens do Comando de Operações Especiais (COE), da PM, que estavam emboscados na Mata Atlântica e os confundiram com ladrões de um trem.

“Nem imaginavam (que o COE estava lá). Mudou de empresa (de segurança) e a CampSeg assumiu. O COE não tinha noção do que se passava, não foi informado que havia policiais militares prestando serviço à CampSeg”, disse Fabiana Conceição, de 45 anos, viúva do sargento. Esse não foi o único caso de agente público morto ou ferido a serviço da CampSeg. Um policial penal foi baleado no pescoço ao lado da linha do trem, no dia 8 de março, em São Vicente.

Os agentes Pires e J. Souza, assim identificados no grupo de mensagens, foram os responsáveis por contratar policiais em Praia Grande, Cubatão e São Vicente. Pagava-se R\$ 28 a hora ou R\$ 336 por dia e R\$ 5 mil por mês. Ao todo, 260 pessoas participavam de um dos grupos de WhatsApp do esquema: o Tático RUMO/ Tático TO Paratinga. O Estadão pesquisou 54 dos telefones do grupo e constatou que 19 estão associados a nomes de PMs, 20 a de agentes e policiais penais, nove a guardas civis de três cidades e cinco a PMs aposentados.

A reportagem obteve mensagens, fotos e vídeos do grupo. Eles mostram que o capitão Felipe Barboza, do 4º Batalhão da Polícia Rodoviária, era um de seus administradores. Desde fevereiro, Barboza atuava para a CampSeg sem estar licenciado da PM, conforme disseram policiais à reportagem e mostram as conversas dele no grupo. Só em 17 de março, após ser

filmado no dia 13 de março pelo jornal A Tribuna em operação com a roupa da empresa, ele se licenciou.

### **Águia**

Cópias de mensagens sugerem policiais da ativa fiscalizando o atendimento de operadores do telefone 190 e que o helicóptero Águia da PM foi engajado por gerentes antes de o 190 ser avisado. Em 11 de fevereiro, o agente Pires relata “12 vagões com a bica aberta”. O capitão Barboza pergunta às 21h17 se a equipe está bem. Um minuto depois, o gerente Vaz, da empresa de segurança, ordena: “Acionem o 190 a cada dez minutos. Estou ajustando o apoio do Águia no local”. Só depois é que o agente Luciano Brabo diz ter avisado a PM por meio do 190. O capitão então responde: “Boa”.

Em várias mensagens, seguranças relatam a presença de viaturas do Baep - Batalhão de Ações Especiais, tropa de elite - e de outras unidades de policiamento ao lado da ferrovia. Eles controlavam cada passagem delas e comemoravam. Foi assim quando o capitão Barboza anunciou que um helicóptero estava sobrevoando a “área de cobertura”. “Somos nós”, escreveu. E compartilhou um emoji de punho fechado. O cabo Alves, do 2º Baep, respondeu: “Aí sim”. Só então Vaz, o gerente, ordena: “Favor fazer o 190”.

Após o Estadão procurar a Secretaria da Segurança e a CampSeg, o capitão e os ajudantes começaram a desmontar os grupos de WhatsApp, excluindo dezenas de agentes públicos. A reportagem obteve vídeo mostrando a implosão de um grupo.

O Estadão teve acesso ainda a documentos da PM, como ordens de serviço da 3ª Companhia do 39.º Batalhão para o Comando de Grupo de Patrulha 3 deslocar por 20 dias alternados

- de 24 de janeiro a 30 de março - viaturas que atendiam o 190 para a inóspita Estrada Paratinga, ao lado da ferrovia, em São Vicente, apesar de o batalhão contar com patrulha rural. Entre janeiro e fevereiro, houve 2.679 roubos (75 de cargas) na Baixada, 12% a mais do que 2022 - o roubo de carros cresceu 16% - e uma onda de sequestros de turistas nas estradas, na volta do litoral.

### **Desvios**

Especialistas dizem não haver razão para deslocar meios ostensivos da PM para a ferrovia em vez de proteger as pessoas. “Usar policiais de Santos, Guarujá e Praia Grande na alta temporada para policiar a linha do trem não faz sentido. Não se questiona a importância da atividade econômica do modal ferroviário. Mas por que não se fez um convênio com o Estado para usar policiais durante a folga em operação delegada?” indaga Renato Sérgio de Lima, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Para Rafael Alcadipani, professor da FGV, a forma correta de combater roubos de carga é investigar as quadrilhas e prender os ladrões, como na Operação Ferrovia Segura, em março.

Lima e Alcadipani dizem que o Ministério Público deve analisar a suspeita de apropriação privada de meios do Estado. “Esse caso reforça a importância do programa de câmeras corporais da PM, pois com elas é impossível policiais de serviço serem desviados para atender a interesses privados”, disse Lima. A maioria dos PMs da Baixada não usa câmera.

Derrite foi contra as câmeras na campanha eleitoral. O Estadão apurou que o comando da PM está sendo pressionado por políticos bolsonaristas para modificar o uso delas. Querem que a câmera não grave mais

automaticamente o turno do policial e seja acionada só quando o PM quiser. A mudança abriria caminho a desvios, como a venda da segurança. “Como fica o dono da padaria que é assaltada? Vai querer uma viatura na porta?”, questiona o coronel José Vicente da Silva Filho. “O combate ao crime é necessário, mas deve ocorrer dentro da lei.”

Nivaldo Restivo, ex-comandante-geral da PM, disse ter certeza de que o comando vai apurar o caso com “isenção e rigor”. Também ex-comandante-geral, Rui César Melo lembrou que a PM é instituição com quase 200 anos. “É a missão de quem está lá dentro é preservar essa história. O que está sendo relatado é coisa completamente condenável em termos operacionais e disciplinares.”

### **Trens se tornam alvo de criminosos**

De acordo com reportagem do Estadão publicada em 8 de fevereiro, trens de empresas ferroviárias que transportam cargas para o Porto de Santos foram alvo de uma rede criminosa - os bandidos estariam atrás de soja, açúcar, carne e combustível. De acordo com reportagem publicada em fevereiro deste ano, apenas em 2022 teriam ocorrido mais de 100 ocorrências do tipo. A Polícia Militar desencadeou uma operação na Baixada Santista para frear a ação de saques de trens e ao menos 22 suspeitos foram presos na época.

Ouvida pelo Estadão, a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) disse que a ação desses criminosos colocava a segurança da população em risco e trazia prejuízos para a economia do País. Na mesma reportagem, a Rumo também se pronunciou, por meio de nota. “Todas as interferências na linha férrea são registradas em boletim de

ocorrência, e a concessionária segue mantendo conversas com a Secretaria de Segurança Pública e com os comandos gerais das polícias Militar e Civil”, dizia um trecho do comunicado.

### **Respostas**

O empresário Nelson Santini negou haver conflito entre suas atividades empresariais e políticas. “Uma coisa é o trabalho político que faço até hoje, outra coisa é o CNPJ. Eu separo muito bem.” Segundo ele, a amizade com o secretário da Segurança, Guilherme Derrite, não influencia as ações de sua empresa, a CampSeg, contratada pela Rumo Logística para vigiar a ferrovia na Baixada Santista (leia aqui).

A Secretaria da Segurança informou que “qualquer denúncia de trabalho fora da instituição envolvendo policiais militares, salvo nas ocasiões em que estes estejam oficialmente licenciados e sem vencimentos, conforme determina a lei, será devidamente apurada”. Ainda segundo ela, “as circunstâncias dos fatos que culminaram na morte do policial reformado Reginaldo dos Santos Conceição são investigadas por meio de inquéritos civil e militar”

Tanto a pasta quanto a Rumo Logística realçaram a importância do combate ao roubo e furto de cargas. “Essa é uma das linhas de ação da Secretaria, que vem intensificando o trabalho para identificação e desmantelamento do crime organizado”. A Rumo informou que em 2022 foram registradas 80 ocorrências na ferrovia. Só “nos dois primeiros meses de 2023, foram mais de 200, todas registradas em boletins de ocorrência.” Segundo ela, esse ataques visam furtos de grãos e combustíveis e colocam vidas em perigo.

Fonte: TERRA

# STF derruba lei de Rondônia que autorizava porte de arma a agentes penitenciários

**Em sessão virtual, Plenário considerou que houve invasão da competência privativa da União**



Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade da lei de Rondônia que autorizava o porte de arma de fogo a integrantes do quadro efetivo de agentes penitenciários do estado. Em sessão virtual, o colegiado julgou procedente o pedido formulado pelo governo estadual na Ação Direta de Inconstitucionalidade **(ADI) 5076**.

Prevaleceu no julgamento do voto do relator, ministro Gilmar Mendes, que citou jurisprudência consolidada da Corte no sentido de que compete privativamente à União legislar sobre material bélico e estabelecer os requisitos sobre o porte funcional de arma de fogo, não sendo franqueada aos estados e ao Distrito Federal a prerrogativa de legislar sobre a matéria.

Ainda segundo o relator, a Lei estadual 3.230/2013 ignora exigências previstas no Estatuto do Desarmamento (Lei Federal 10.826/2003), que estabelece requisitos cumulativos mais

estritos para agentes penitenciários em relação ao porte fora do horário do serviço. O estatuto prevê, por exemplo, submissão a regime de dedicação exclusiva e aos demais mecanismos de fiscalização e controle interno implementados pelas autoridades públicas, além da necessidade de comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo.

Para o ministro, a lei estadual, ao autorizar de forma incondicionada o porte de arma de fogo aos agentes penitenciários em todo o Estado de Rondônia, apresentou regulamentação à margem da diretriz nacional sobre a matéria.

## **Legislação federal x legislação estadual**

Ficaram vencidos os ministros Alexandre de Moraes, Nunes Marques e André Mendonça, que votaram pela perda de objeto da ação em decorrência da edição posterior de lei federal sobre o assunto. O ministro Alexandre, que abriu a divergência, explicou que a Lei federal 12.993/2014 trouxe nova redação ao Estatuto do Desarmamento para regulamentar o porte de arma para agentes prisionais, mesmo fora de serviço, estabelecendo condicionantes. Como a lei estadual dispunha sobre tema de segurança pública até então omissa na legislação nacional, a consequência, a seu ver, seria apenas a sua suspensão a partir da edição da lei federal, conforme prevê o artigo 24, parágrafo 4º, da Constituição Federal.

**FONTE: STF**

# IPCA: inflação desacelera em março e fica em 0,71%

**Resultado veio abaixo das estimativas do mercado; no acumulado de 12 meses até março, a inflação oficial do país foi de 4,65%**



Vinícius Schmidt/Metrópoles

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial do país, ficou em 0,71% em março deste ano, de acordo com dados divulgados nesta terça-feira (11/4) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado significa uma desaceleração em relação a fevereiro. No segundo mês de 2023, o IPCA ficou em 0,84%.

No acumulado de 12 meses até março, a inflação oficial do país foi de 4,65%.

O resultado veio abaixo das estimativas do mercado. O consenso Refinitiv projetava inflação de 0,77% em março e de 4,7% no acumulado de 12 meses.

Segundo o Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta de inflação para este ano é de 3,25%. Como há um intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, a

meta será cumprida se ficar entre 1,75% e 4,75%.

Em 2022, o Brasil teve inflação acumulada de 5,79%. A taxa apurada ficou acima da meta estipulada pelo governo federal pelo segundo ano consecutivo, mas abaixo do percentual registrado nos Estados Unidos e nos principais países da Europa.

Grupo de transportes teve o maior aumento. Oito dos nove grupos de preços pesquisados pelo IBGE registraram variação positiva entre fevereiro e março. A exceção ficou com o grupo de artigos de residência, que recuou 0,27% no período.

A maior alta ficou com o grupo de transportes (+2,11%), com a influência do aumento no preço dos combustíveis. O segmento respondeu por 0,43 ponto percentual no índice geral de inflação em março.

FONTE: RBA

# Precarização do trabalho pode ser combatida com fiscalização, dizem debatedores

**Segundo ministério, terceirizados representam 90% dos trabalhadores resgatados de situações análogas à escravidão**

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



**Aperfeiçoamento da legislação também foi apontado como necessário**

Entidades, trabalhadores e juristas concordaram, durante audiência pública da Comissão de Trabalho da Câmara, que é preciso fiscalização para que a terceirização não represente prejuízos aos trabalhadores.

Para o vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Aloysio Corrêa da Veiga, deve-se aperfeiçoar a legislação vigente para que o contratante seja responsável pelo cumprimento e fiscalização das atividades da empresa terceirizada junto aos seus trabalhadores.

“Embora a terceirização tenha se sedimentado no cenário econômico e já tenha sofrido intervenção legislativa, ainda existem pontos que precisam de aprimoramento por este Congresso Nacional”, afirmou.

## **Supressão de direitos**

Segundo estatísticas do Ministério do Trabalho, os trabalhadores terceirizados sofrem de cinco a seis vezes mais acidentes graves ou fatais durante seu expediente, e 90% dos operários resgatados de situações de trabalho análoga à escravidão eram terceirizados, o que para o representante do Fórum em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, Gustavo Ramos, demonstra que a modalidade representa, na maioria das vezes, uma forma de suprimir os direitos dos trabalhadores.

**“A terceirização se tornou um território livre, uma zona franca para a super exploração de direitos no Brasil, porque, de um lado, ela tolera, faculta, potencializa essa realidade e, de outro, dificulta enormemente a fiscalização, porque trata o trabalho como objeto de comércio”, comentou Ramos.**

### **Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados**

Para a representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Lydiane Machado, cabe ao poder público mediar as relações trabalhistas para que a terceirização não entre em conflito com o bem-estar social proposto pela Constituição Federal.

“A gente vive em um Estado que adota um regime de capitalismo, mas que também adota o regime de bem-estar social”, lembrou. “O Estado tem de intervir sempre que o capitalismo se sobrepõe de tal forma à legislação que acaba gerando uma cadeia produtiva a partir de escravização, precarização, rebaixamento de salários e aprofundamento das desigualdades sociais”, disse Lydiane.

### **Defesa**

Já o presidente do Conselho de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Alexandre Furlan, afirmou que a lei de 2017, que regulamentou a terceirização, não retirou direitos dos trabalhadores e lembrou que a prática é uma realidade no mundo todo. Ele acrescentou que a contratação indireta pode, sim, trazer benefícios, mas que a legislação tem de ser cumprida.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

“A Lei da Terceirização dispôs de forma expressa a responsabilidade da empresa contratante quanto à segurança e à saúde dos trabalhadores terceirizados. Obviamente, não estou aqui a defender o mau empresário. Ao mau empresário, os rigores da lei”, disse. “Agora, não é justo atacarmos um instituto que existe no mundo inteiro porque exceções existem de quem não cumpre a regra. Vocês me desculpem, isso não é um papel adequado”, completou.

### **Legislação**

O deputado Bohn Gass (PT-RS), que propôs a realização da audiência, destacou a importância de se discutir o tema para que a legislação vigente possa ser aprimorada e garantir os direitos dos trabalhadores.

“O que nós temos hoje é a precarização e ainda com a ausência do Estado, porque diminuiu drasticamente o número de fiscais e auditores”, disse. Segundo o deputado, é preciso rever, por exemplo, a permissão para a terceirização de atividades-fim. “Isso foi aprovado, mas não trouxe o que foi prometido pelos defensores da medida: gerar emprego, dar estabilidade, atrair investidores externos. Nada disso se confirmou.”

Bohn Gass é relator de proposta (PL 4132/12) sobre o tema em análise na comissão e afirmou que vai elaborar um substitutivo no intuito de regulamentar de forma mais eficiente a terceirização no País.

Reportagem - Karla Alessandra

Edição - Ana Chalub

Fonte: Agência Câmara de Notícias

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF